

Raça e Identidade Nacional no Brasil.

Nascimento Paulo César, Rodrigues Leandro do Nascimento y Menezes Marilde Loiola de.

Cita:

Nascimento Paulo César, Rodrigues Leandro do Nascimento y Menezes Marilde Loiola de (2010). *Raça e Identidade Nacional no Brasil*. V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-036/663>

Título de la Ponencia: **Raça e Identidade Nacional no Brasil**

Autor:

Nombre: **Paulo César**

Apellido: **Nascimento**

paulonascimento53@gmail.com

Universidade de Brasília – UnB

CoAutor:

Nombre: **Leandro do Nascimento**

Apellido: **Rodrigues**

leandroгна@gmail.com

Universidade de Brasília – UnB

Área Temática: **Teoría Política**

Subárea Temática: **Identidad y Diversidad**

Trabajo preparado para su presentación en el V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, organizado por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP). Buenos Aires, 28 a 30 de julio de 2010.

RAÇA E IDENTIDADE NACIONAL NO BRASIL

Paulo César Nascimento
Leandro do Nascimento Rodrigues

RESUMO

Este capítulo discute certas tendências contemporâneas globais que sinalizam a busca pela sociedade por formas alternativas de organização e participação política, vis-à-vis a atual crise de representação em regimes democráticos. Refiro-me, por um lado, à proliferação e crescente influência dos novos movimentos sociais e das organizações não-governamentais e, por outro, ao uso cada vez mais difundido das mídias eletrônicas pelo cidadão comum, tanto para construir espaços públicos virtuais onde tópicos de interesse coletivo são debatidos, quanto para pressionar diretamente legisladores e governantes. Mais especificamente, o texto se propõe a interpretar as manifestações destas tendências no Brasil, a partir do processo de implantação de políticas de ação afirmativa de recorte racial em vestibulares para as universidades públicas. Reivindicação cara ao movimento negro brasileiro atual, o sistema de cotas raciais, inaugurado em 2002, tem gerado, no entanto, uma intensa polêmica, travada não só entre governantes, acadêmicos e militantes do movimento, mas também pela sociedade, que passou a debater sistematicamente a questão na mídia, por meio das recentes tecnologias de comunicação. O estudo visa contribuir para o debate mais amplo sobre o papel destas novas formas de representação e participação política, assim como apontar para certos dilemas que estas podem trazer para o processo de consolidação da democracia no Brasil.

Palavras chaves: ação afirmativa; crise de representação; esfera pública, novos movimentos sociais.

INTRODUÇÃO

Dois fenômenos contemporâneos e de âmbito global vêm atraindo o interesse de cientistas sociais em vários países, sobretudo os que se preocupam com questões pertinentes à representação e participação política da sociedade em regimes democráticos. Refiro-me, por um lado, à proliferação e crescente influência política dos chamados “novos movimentos sociais”, e, por outro, ao uso cada vez mais disseminado, pelos cidadãos comuns, das novas tecnologias de comunicação, seja para expressar suas opiniões, gerando muitas vezes “espaços públicos” virtuais onde tópicos de interesse coletivo são debatidos, ou para pressionar diretamente seus representantes no Legislativo ou membros do Poder Executivo a tomar esta ou aquela medida.

O presente trabalho se propõe a examinar manifestações destas duas tendências globais no Brasil contemporâneo, a partir de uma breve análise do processo, ainda em curso, de implantação do sistema de reserva de vagas em universidades públicas para candidatos que se classifiquem como “pretos” e “pardos”. Item prioritário na pauta de reivindicações do circunscrito, mas hoje “empoderado” movimento negro brasileiro, o

sistema de cotas raciais em vestibulares, desde a sua estréia em 2003, no Estado do Rio de Janeiro, tonou-se alvo de intensa controvérsia, motivando não apenas a intelligentsia, mas principalmente cidadãos comuns a manifestarem-se de forma sistemática, na grande maioria das vezes, contra a medida, utilizando-se para isso dos espaços disponibilizados na mídia pelos recentes avanços no campo da informática. De tal modo, este estudo visa contribuir para o debate mais amplo sobre o papel das novas formas de organização, representação e participação política, ou seja, os novos movimentos sociais, assim como o dos recém inventados meios de comunicação eletrônica, para o processo de consolidação da democracia no Brasil.

Os novos movimentos sociais e o conceito de identidade

Os movimentos sociais que são qualificados como *novos* caracterizam-se principalmente por agregar indivíduos em função de critérios antes considerados irrelevantes no campo da política, como gênero, raça, etnia, orientação sexual, etc. Também são assim classificados os grupos que militam por *causas* interpretadas como de âmbito universal, ou, pelo menos, transnacional, como direitos humanos, o combate ao racismo, a preservação do meio ambiente e, até mesmo, a derrocada do capitalismo globalizado, visto como responsável pelo aprofundamento das desigualdades sociais em todo o planeta. Desta forma, o surgimento desses novos movimentos, também denominados “identitários”, representou uma mudança importante na esfera da política, na medida em que se constituíram em vias alternativas de representação e participação da sociedade, em relação aos partidos e sindicatos/associações profissionais – os atores políticos por excelência no modelo de democracia que se consolidou ao longo dos séculos XIX e XX.

Além disso, os novos movimentos sociais são novos porque suas origens se remetem à explosão dos grupos feministas de “segunda geração”¹ nos Estados Unidos, assim como ao vitorioso movimento pelos direitos civis da população negra americana, fenômenos ocorridos há quatro décadas somente. De grande repercussão mundial, estes movimentos também serviram de objeto para as primeiras elaborações teóricas sobre o desenvolvimento de novas *identidades* sociais, capazes de gerar formas inéditas de solidariedade e de participação política.

Como se sabe, o conceito de “identidade”, quando utilizado no contexto da política até bem recentemente, denotava o sentimento de “pertencimento a uma *nação*”, ou seja, identidade *nacional*. Na conhecida definição de Benedict Anderson, a nação é uma “comunidade imaginada” por indivíduos que julgam compartilhar de características e história únicas, pelas quais ela se distingue de todas as outras comunidades existentes. As comunidades nacionais são *imaginadas* porque se estendem para além dos contatos face a face possíveis apenas em pequenas comunidades e, nesse sentido, só podem ser apreendidas pela abstração da mente humana. (ANDERSON, 1983, p. 12 e 19).² Um dos elementos mais decisivos na construção dessas comunidades imaginadas, ou nações, foram os chamados mitos de “identidade nacional”, em especial os que invocavam as noções de “ancestralidade” e “etnia” para promover sentimentos de unidade de propósito e interesses entre habitantes de um mesmo Estado, mas que viviam totalmente isolados uns dos outros, e desenvolvendo, portanto, culturas locais distintas (SMITH, 1991).

A socióloga Liah Greenfeld, que interpreta os mitos de nacionalidade como discursos sobre a *originalidade* das nações, também ressalta que o processo de formação das primeiras nações do mundo – Inglaterra, França e Estados Unidos da América (EUA) – se confundiu com o da construção da democracia moderna, ambas fundamentadas no conceito de *soberania popular*. Desde então, Greenfeld sustenta, a identidade nacional consagrou-se como a mais importante forma de identificação no mundo moderno, preponderando sobre todas as demais. Prova disso seria o fato de que o sistema de nações organizado ao longo dos anos XVIII e XIX ainda ser o mesmo que prevalece até os nossos dias, apesar da crescente globalização e das especulações teóricas sobre a gradual irrelevância do Estado-nação. (GREENFELD, 1994, p. 487).

Já o conceito de “identidade” que fundamenta os novos movimentos sociais é, por sua vez, baseado na noção contemporânea de *diferença*, evidenciado nas características que distinguem os vários grupos e subgrupos que constituem um mesmo Estado-nação. São estas identidades sociais fragmentadas, vis-à-vis a identidade nacional, que vêm gerando novas formas de solidariedade – extensivas a cidadãos de outros países que compartilham da mesma identidade – e a percepção de certos interesses e valores em comum, para além das fronteiras nacionais, que, muitas vezes, se constituem em grupos organizados que militam não somente em defesa dos seus interesses específicos, mas especialmente pelo próprio *reconhecimento* como novos atores políticos.

Diversos fatores socioeconômicos e políticos contribuíram para que o novo modelo de organização e ativismo político se disseminasse nas décadas de 1980-90, tanto nas democracias consolidadas da Europa Ocidental e da América do Norte, como também nos países atingidos pela “terceira onda democratizante” – expressão criada por Samuel Huntington para descrever o colapso quase simultâneo de diferentes tipos de regimes antidemocráticos no final do século XX (HUNTINGTON, 1991). No front acadêmico, este período foi marcado pela consagração da perspectiva multiculturalista, que promove a valorização da diversidade étnica e cultural que caracterizam as sociedades “centrais” do mundo globalizado de hoje. Esta linha de pensamento abriu caminho para teorias mais elaboradas, como a que sugere que a “luta pelo reconhecimento”, ou por “visibilidade”, de atores sociais antes marginalizados são as questões de maior pertinência para a política atual (ver, por exemplo, TAYLOR, 1994 e HONNETH, 1995).

Ao adotar esta perspectiva, a intelligentsia já globalizada dos países “periféricos” contribuiu para a legitimação dos novos movimentos identitários e temáticos, assim como das organizações não-governamentais (ONGs), que surgiram em seu lastro. Estas organizações, apesar do nome, atuam em muitos países como entidades *paraestatais*, que entre muitas outras atividades, formulam e/ou executam políticas públicas voltadas para minorias sociais, com a devida autorização, apoio, e até recursos do Estado. As ONGs também agem como lobistas junto aos Poderes Legislativo e Executivo, com o intuito de obter a aprovação de leis ou medidas específicas em benefício de seus “representados”. O crescente poder destes movimentos e organizações pode ser hoje conferido pela extensão da rede internacional criada por seus ativistas, pela atenção dispensada por políticos e pela mídia aos grandes encontros internacionais que realizam periodicamente, e principalmente, pela influência que vêm exercendo sobre a formulação de políticas públicas em vários países.

A crise da representação

A proliferação e fortalecimento dos novos movimentos sociais e ONGs podem ser interpretados como reações a outro fenômeno de grande significância política, conhecido na academia pela expressão “crise de representação”. Em essência, o fenômeno se refere à queda da participação política da sociedade nas democracias contemporâneas, e o declínio em importância, do ponto de vista do cidadão comum, de partidos políticos e parlamentos.

A causa mais remota dessa crise é atribuída à tendência burocratizante das instituições sociais modernas, fenômeno já teorizado por diversos autores, a começar por Max Weber. A crescente burocratização das grandes máquinas partidárias, assim como dos poderosos sindicatos classistas, levou estas instituições a voltarem-se progressivamente para suas questões internas, sobretudo a própria sobrevivência como atores políticos relevantes. Neste processo, até o parlamentar mais comprometido com a defesa dos interesses de seus eleitores, terminava compelido, no jogo da política institucional, a se afastar dessa função, para a qual fora eleito.

A população, percebendo-se destituída de representatividade efetiva perante o Estado, passou a desinteressar-se principalmente das atividades dos poderes Legislativo, ao ponto de abster-se de exercer o seu mais importante direito constitucional no que se refere à possibilidade de influenciar politicamente: o direito de eleger os políticos responsáveis por decisões que, direta ou indiretamente, irão afetar a sua vida e a da nação a qual pertence.

Este quadro de anomia política foi primeiramente observado nos Estados Unidos e, a partir dos anos 1980, também nos países mais desenvolvidos da Europa ocidental, Canadá, Japão, e Austrália. A tendência foi aprofundando-se na medida em que os cidadãos destas sociedades constatavam que seus governantes continuavam a formular políticas públicas visando principalmente favorecer os interesses dos grupos sociais mais poderosos econômica ou politicamente. Estudos estatísticos vieram confirmar tal tendência, demonstrando empiricamente o gradual declínio no número de cidadãos que se dispõem a votar, assim como o ascender de um sentimento geral de ceticismo, para não dizer de desconfiança, que a sociedade passou a ter em relação a políticos e instituições políticas. Ademais, a falência dos regimes socialistas, nos anos 1980, contribuiu para o enfraquecimento dos antes influentes partidos e movimentos inspirados nas “grandes narrativas” sobre a História das sociedades humanas, em especial na sugerida por Karl Marx.

Entre os muitos fatores que colaboraram, direta ou indiretamente, para aprofundar essa crise de representação nos países centrais destacam-se: a) o desmantelamento do parque industrial norte-americano e europeu, causando desemprego em massa para a classe operária destes países; b) as chamadas “reformas neoliberais” nas sociedades democráticas da Europa, que aboliram uma série de direitos sociais adquiridos pelos trabalhadores após décadas de luta sindical e/ou por intermédio dos partidos identificados com causas trabalhistas. Nos Estados Unidos, a política econômica dos anos Reagan (“*trickle-down economics*”) aprofundou a desigualdade social no país que já era o mais desigual entre os ricos; c) o colapso dos regimes socialistas na Europa do leste gerou uma grande imigração de pobres e/ou perseguidos políticos para o lado mais próspero e democrático do continente. Em consequência, setores dessas sociedades vêm manifestando certa intolerância em relação aos imigrantes, por medo ou constatação da superpopulação, falta de empregos, decadência dos serviços públicos, além dos

inevitáveis choques culturais. Por outro lado, a tendência globalizante na esfera da política, assinalada pela consolidação da União Européia, fez reviver sentimentos adormecidos de independência por parte de grupos étnicos até mesmo nos países mais desenvolvidos do mundo como o Reino Unido e Espanha.³

Mais recentemente ainda, a crise de representatividade faz-se notar também em países periféricos. Estas sociedades já vêm demonstrando a mesma desilusão e apatia em relação à política observada nos países centrais, acentuada por problemas específicos como a própria fragilidade da democracia vigente, que facilita a corrupção, o abuso de poder, a impunidade dos poderosos, o descaso com a população pobre, a precariedade dos serviços públicos, etc.

Formou-se, desta forma, certo consenso na academia de que a crise de representação revela a frustração das sociedades não apenas com o desempenho de políticos e partidos, mas também com a própria democracia representativa, que restringe a participação política dos cidadãos à mera escolha periódica de legisladores e/ou, dependendo do país, alguns membros do poder executivo. Neste sentido, concluiu-se também que para a democracia readquirir a sua legitimidade, e reconquistar a confiança da sociedade, faz-se necessária a reformulação, ampliação e diversificação dos mecanismos de representação e participação política da sociedade, assim como um maior controle dos representantes eleitos. Neste contexto de crise da política institucional, a súbita proliferação dos novos movimentos sociais identitários e temáticos significaram o caminho pelo qual a sociedade poderia transpor os limites impostos à participação dos indivíduos pelo modelo de democracia vigente.

Novas tecnologias e participação política

A velocidade extraordinária com que o processo de globalização econômica, política e cultural avançou a partir de meados do século XX foi fator crucial para a proliferação das novas formas associativas, assim como a ascendência das visões multiculturalistas da sociedade na academia e na mídia. As incríveis descobertas no campo da informática – especialmente a Internet, liberada para uso público no início dos anos 1990 – colaboraram significativamente para o fortalecimento desses novos movimentos sociais e ONGs, por facilitarem os processos de recrutamento de ativistas, construção de alianças e mobilização de recursos. A Internet e as ultramodernas tecnologias de comunicação imediata e interativa também vêm sendo cada vez mais utilizadas em atividades políticas como campanhas eleitorais, protestos, pesquisas de opinião, abaixo-assinados, referendos ou plebiscitos. Tal fenômeno tem levado certos estudiosos a especular sobre a possibilidade de uma democracia mais participativa.

Assim, o papel das novas mídias eletrônicas na construção de formas inéditas de participação política tornou-se tema da maior pertinência para cientistas sociais em todo o mundo. Nos Estados Unidos, esta linha de pesquisa teve como “momento fundador” a eclosão da rebelião zapatista em Chiapas, uma das regiões mais pobres do México, no primeiro dia do ano de 1994, em protesto à criação do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (North American Free Trade Agreement – NAFTA). Isso porque o misterioso líder dos rebeldes, de codinome Sub-Comandante Marcos, tinha por hábito enviar mensagens eletrônicas para jornalistas assim como para os milhares de simpatizantes que o inusitado movimento angariou no México e em muitos outros países. Pela internet, Marcos também anunciava as reivindicações de seu grupo ao

governo mexicano e informava o público a respeito de suas estratégias de luta. De fato, a ação midiática deste grupo de camponeses miseráveis, organizados em torno de sua identidade indígena, em protesto contra a adesão do governo mexicano ao NAFTA – um dos pilares da globalização econômica liderada pelos Estados Unidos – ilustram, ainda que de forma um pouco caricata, as novas tendências no campo da política na virada do século XXI.

Por outro lado, estudiosos vêm também identificando certos dilemas criados a partir da ascendência dos novos movimentos sociais e ONGs, num cenário marcado pela crise de representação e a decadência dos tradicionais partidos políticos. O ponto de vista que guia estas reflexões é o da defesa dos princípios democráticos mais fundamentais. Assim, questiona-se, por exemplo, acerca da *legitimidade* de certos movimentos sociais identitários e ONGs, já que estas entidades se constituem legalmente como porta-vozes de determinados setores da população, os quais, muitas vezes, mal sabem da existência destas entidades e de seus propósitos. Os líderes dos novos movimentos sociais, ao contrário dos legisladores, não são eleitos por ninguém, e nem estão sujeitos a qualquer controle por parte daqueles a quem pretendem representar. De fato, estas entidades não oferecem mecanismos pelos quais “representados” possam comunicar os seus anseios, sugerir e debater os projetos defendidos em seu nome e benefício, e avaliar a atuação de seus líderes.

É com base nos fatos e perspectivas descritas acima que passo em seguida a analisar o episódio da introdução de políticas de ação afirmativa de recorte racial no processo de admissão em universidades públicas brasileiras, assim como a acirrada polêmica que estas políticas desencadearam.

O movimento negro brasileiro e as cotas raciais

O movimento negro brasileiro contemporâneo começou a se organizar no período da redemocratização, no final dos anos 1970, sob a liderança do veterano Abdias Nascimento, que o havia conduzido em sua primeira fase, da era Vargas até o período de recrudescimento do regime militar. Com a abertura política, Nascimento retornou de seu exílio em Nova York para reconstruir o movimento com base nas idéias e práticas do combativo e bem-sucedido movimento negro norte-americano.

A adoção de políticas de ação afirmativa, em particular as que facilitassem o acesso de “afro-descendentes” às prestigiosas e gratuitas universidades públicas, emergiu como uma das principais bandeiras do novo movimento negro brasileiro. Como em outros países, este tipo de política, direcionada a certas minorias sociais, são justificadas como formas de recompensá-las por injustiças cometidas aos seus ancestrais, e assim reduzir a distância social que os separam das maiorias “brancas”. Os ativistas negros brasileiros também vislumbraram a implantação de tais políticas como um poderoso mecanismo propulsor da “consciência negra” entre os brasileiros não-brancos, requisito visto como fundamental para o crescimento do próprio movimento negro no Brasil. (ver, por exemplo, BERNARDINO, 2002, pp. 262-3).

O processo de adequação das políticas de ação afirmativa de recorte racial ao contexto brasileiro, porém, exige uma ruptura radical com idéias enraizadas no

imaginário popular a respeito de raça e relações raciais no país, associadas ao chamado “mito da democracia racial”. Se, no passado, a maioria dos militantes negros, inclusive Abdias Nascimento, celebrava a narrativa sobre a harmonia racial no Brasil, hoje, o *novo* movimento negro, assim como os seus simpatizantes na academia brasileira e de outros países, principalmente os Estados Unidos, definiu a desconstrução dessa ideologia como o alvo principal de sua luta política. Para esses grupos, o mito da democracia racial é o grande empecilho para o desenvolvimento de uma consciência negra entre os brasileiros não brancos e, portanto, da politização da “questão racial” no Brasil.

Para dar conta desta sua árdua missão, os líderes do movimento negro foram buscar ajuda justamente do Estado, que antes acusavam de doutrinar e iludir a sociedade com a falsa ideologia da democracia racial, no intuito de preservar os privilégios das elites brancas. Esta aproximação entre movimento negro e Estado iniciou-se no governo Fernando Henrique Cardoso – autor, em início de sua carreira de sociólogo, de dois estudos sobre discriminação racial no sul do Brasil.⁴ FHC fez com que o movimento negro brasileiro passasse a desfrutar de uma visibilidade e reconhecimento inéditos na esfera da política institucional brasileira, apesar de continuar numericamente insignificante em relação à população brasileira que se auto-classifica como preto e pardo. O presidente também criou um órgão público para formular e debater possíveis medidas de combate à desigualdade e discriminação raciais.⁵ E, assim, o movimento negro brasileiro passou a promover e negociar com políticos e administradores públicos os diversos itens da sua agenda de medidas compensatórias às injustiças cometidas ao negro no Brasil durante os três séculos de escravidão. Na cerimônia de inauguração do referido órgão, FHC fez um discurso solene e, a pedido das lideranças negras, “reconheceu oficialmente” a existência do racismo no Brasil.⁶ No ano seguinte, o governo FHC designou um grupo de agentes estatais com a função de conduzir debates junto a intelectuais e juristas de renome, sobre a legalidade e legitimidade de políticas com base no conceito de raça no Brasil.

Mas, se o movimento avançava na sua relação com o Executivo na era FHC, ele continuava sem obter vitórias no Congresso Nacional, nem a conquistar a adesão dos negros das classes mais baixas, ou seja, a grande maioria. Naquele mesmo período, dois projetos de leis visando introduzir cotas raciais não só em universidades, mas também na seleção dos prestigiosos e bem remunerados cargos comissionados no setor público, foram rejeitados.⁷ E, apesar do seu empenho e o de seus aliados, o movimento também não conseguiu progredir muito no que se refere à conscientização racial no Brasil. De fato, não é preciso recorrer a estatísticas para concluir que a maioria dos brasileiros que se auto-classificam como preto ou pardo, mesmo admitindo serem vítimas de preconceito e discriminação racial, não se percebem como integrantes de um grupo à parte na sociedade brasileira, como acontece nos Estados Unidos, por exemplo. Por diversos motivos, os brasileiros descendentes de africanos não construíram fortes laços identitários baseados na “raça negra” como os negros norte-americanos, que, também devido a uma série de circunstâncias específicas, desenvolverem uma cultura, valores, modos de vida, aspirações, e até uma “linguagem” e um sotaque exclusivamente próprios, e claramente antagônicos aos dos brancos.

A título de demonstrar o empenho do movimento negro brasileiro em transformar o imaginário nacional, cito a tentativa de alterar o método de classificação racial utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na coleta de dados para o

Censo populacional. O movimento propunha a substituição do tradicional sistema de cores – branco, pardo, preto e amarelo – por outro que reforçasse noções de descendência e etnia. Na prática, pedia-se a fusão das categorias “preto” e “pardo” num *grupo racial único*: o “negro”. Para os estudiosos do movimento, como Michael Hanchard, a palavra “negro”, no Brasil, possui forte conotação política, enquanto que o sistema de cores, inspirado no falso mito da democracia racial – só serve para mascarar o racismo no país e despolitizar o movimento negro (HANCHARD, 1994, p. 78).

O IBGE não acatou a mudança, já que havia pesquisado exaustivamente sobre o assunto e concluído que o sistema de cores era o mais legitimado pela população brasileira. Além disso, o termo “pardo” também abarcava os descendentes de índios. Mesmo assim, a agência introduziu, no Censo de 2000, uma sub-categoria que permitia aos brasileiros que assim desejassem, identificarem a sua descendência africana. FHC também autorizou o IBGE a tratar pretos e pardos como uma só categoria, mas desde que só em estudos internos ou apresentações acadêmicas. O presidente entendeu que a agência precisava se adequar a uma prática já corriqueira nas universidades e outros centros de estudos não-estatais. Pesquisadores das relações raciais no Brasil justificam a confluência dos dois grupos com base na similitude de suas condições socioeconômicas, se comparados às dos brancos. Segundo eles, uma classificação binária – negro / branco – permitiria um melhor entendimento da desigualdade *racial* no Brasil. O problema, no entanto, é que estes pesquisadores desprezam não só dados importantes a respeito da auto-imagem e o sentido que ela faz para os indivíduos entrevistados, assim como também décadas de pesquisas acumuladas sobre a complexidade das percepções dos brasileiros a respeito de raça, classificações e relações raciais.⁸

O debate

Em 2001, o debate sobre a adoção de políticas de ação afirmativa, até então restrito a acadêmicos, militantes, e políticos, ganhou amplo espaço na mídia, graças à “Conferência Internacional sobre o Racismo” – um dos grandiosos eventos internacionais realizados pelos novos movimentos sociais e ONGs periodicamente. Este encontro, realizado na África do Sul, fora organizado por movimentos identitários, principalmente grupos negros, e organizações anti-racistas de todo o mundo. Um dos objetivos principais do evento era pressionar os governos representados a implantar medidas compensatórias para minorias historicamente discriminadas. FHC, embora hesitante, sancionou o documento apresentado nesta conferência pela comitiva brasileira, no qual o governo se comprometia a atender algumas reivindicações do movimento negro, inclusive as tão desejadas cotas raciais em universidades públicas. Muito polêmicas, mesmo entre o primeiro escalão do governo de FHC, estas medidas foram sendo postergadas. O então governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, saiu na dianteira, implantando, em 2002, o primeiro sistema de cotas raciais nas Universidades Estadual do Rio de Janeiro (Uerj) e do Norte Fluminense (Uenf).

Apesar do entusiasmo da intelligentsia brasileira, o sistema de cotas foi e continua sendo alvo de muitas críticas por parte de certos acadêmicos, juristas, educadores, reitores de universidades e jornalistas, que vêm se manifestando sistematicamente, não só em revistas especializadas, mas também na mídia. O mais surpreendente, porém, tem sido a enxurrada de mensagens eletrônicas em oposição à medida, enviadas por cidadãos comuns – não-organizados, de todas as raças, cores, classes sociais, status, e níveis de escolaridade – para as seções de “carta dos leitores” de diversas mídias, reais

ou virtuais. Os argumentos contra as cotas expressos pela opinião pública são de extrema pertinência, e coincidem com os posteriormente elaborados em forma de manifesto entregue ao Congresso Nacional, por um grupo de intelectuais e artistas, e até mesmo o líder de um dos grupos que formam o movimento negro brasileiro.⁹

A princípio, esses críticos baseavam-se com mais frequência na convicção de que as políticas de ação afirmativa seriam incompatíveis com a Constituição brasileira de 1988, já que esta assegura tratamento igual a todos os cidadãos, independente de cor, etnia, religião, idade, gênero, etc. Reproduzo abaixo o trecho de uma mensagem enviada por e-mail para o jornal *O GLOBO*, cujo conteúdo é representativo de muitas outras mensagens:

“Cotas de vagas em universidades para negros e pardos é uma aberração jurídica (...) A lei por si já é discriminatória, ferindo o texto expresso da Constituição (...) Sábua a decisão da 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio, que concedeu à estudante [desclassificada, para dar lugar a um cotista com menor pontuação] autorização para se matricular na Uerj.”¹⁰

Um professor da própria Uerj, José Roberto Pinto de Góes, também utilizou-se das páginas de opinião de jornais cariocas para argumentar que o sistema de cotas raciais seria “uma afronta ao espírito da Constituição republicana, segundo o qual a idéia de raça é preconceituosa, não devendo o indivíduo agir ou se relacionar com base em critérios raciais”.¹¹

Outra preocupação dos “leitores” é a com a possibilidade das políticas raciais, ao invés de desconstruírem, reforçarem os estereótipos negativos atribuídos aos beneficiados. Por isso, esses cidadãos acreditam que tais políticas apresentam um “grande risco de inaugurarmos no Brasil, por visões e versões equivocadas, o ódio racial tão presente em outras nações.”¹² Este tipo de interpretação, quase um consenso entre os que se opõem às cotas, pode ser também resumida na seguinte frase, parte de uma mensagem em e-mail publicada no *Jornal do Brasil*: “Em vez de corrigir, estamos [com a implantação das cotas raciais] aumentando as distorções e criando condições sem precedentes para aumentar a discriminação social e racial [no Brasil]”.¹³ Além disso, muitos enfatizam os possíveis problemas que a política de cotas possa representar no que se refere à queda da qualidade do já tão deteriorado sistema de ensino superior público. O receio é que tais políticas forcem a universidade pública brasileira a baixar o seu nível acadêmico.

Apesar da intensa polêmica, e dezenas de ações na justiça contra a Uerj, o Presidente Lula, empossado em 2003, comprometeu-se a estender o programa de cotas raciais para todas as universidades do país. Seu governo criou inclusive uma secretaria com status de ministério, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), com as funções de formular, implantar e monitorar medidas que atendam aos anseios e interesses dos afro-brasileiros. O SEPPIR, conduzido por ativistas do movimento negro, promove a idéia de que os brasileiros de descendência africana devem conscientizar-se da sua raça e partir dessa consciência, desenvolver a sua identidade racial, para enfim compreender a sua condição de exclusão social. Para alcançar os seus objetivos, a SEPPIR tem batalhado, por exemplo, para que o Congresso Nacional aprove o “Estatuto da Igualdade Racial”, projeto do Senador Paulo Paim (PT-RS), que, entre várias outras medidas, quer estipular a inclusão da *classificação racial*

dos brasileiros em diversos documentos oficiais, e criar cotas para negros e pardos na seleção de elenco de programas e comerciais de TV (privadas).

A proximidade da votação deste estatuto acirrou o debate em torno da implantação de políticas raciais no Brasil. Um novo manifesto de intelectuais foi redigido e entregue ao Presidente do Congresso Nacional, com o intuito de tentar convencer parlamentares a vetar toda e qualquer política que outorgue status jurídico ao conceito de raça. A opinião pública, que nunca deixou de discutir as cotas na mídia, reagiu prontamente também contra o projeto do Senador Paim, insistindo para que a discriminação racial no Brasil não seja combatida por medidas baseadas no conceito de raça, ainda mais num país que nunca se utilizou desse ultrapassado conceito em suas Constituições republicanas.

Um leitor de *O GLOBO* enviou ao jornal uma mensagem eletrônica para declarar que considerava as políticas raciais um “*insulto* a todos os brasileiros, brancos, pretos, amarelos.”¹⁴ Nas inúmeras mensagens veiculadas pela mídia, os leitores insistiam que, ao invés de cotas raciais, as autoridades deveriam adotar medidas abrangentes como a melhoria da educação básica e média. Esse seria, de acordo com a grande maioria dos participantes no debate, o caminho mais apropriado para que as portas das universidades públicas se abrissem para toda a população carente do país, independente da sua cor.

No calor da discussão, alguns defensores das políticas de cotas recorreram a teses e especulações disseminadas entre os estudiosos das questões raciais no Brasil. Por exemplo, sugeriu-se que os protestos anti-cotas eram “atos de resistência daqueles [brancos] que vêm perdendo os seus privilégios”,¹⁵ ou que “a oposição ao sistema de cotas vem das elites, que querem manter as universidades públicas só para elas.”¹⁶ Outros enxergaram a rejeição às cotas raciais como confissão de um racismo que “não pode mais se esconder sob o falso mito da democracia racial”.¹⁷ Ademais, alguns acadêmicos defensores das cotas vêm utilizando-se freqüentemente de uma crítica ao conceito de mérito utilizado nos vestibulares. De acordo com a socióloga Azuete Fogaça, em artigo publicado em *O GLOBO*:

No caso das cotas para negros nas universidades públicas, a questão do mérito aparece sob a forma da apologia de um exame de ingresso que privilegia os mais ricos, aqueles que tiveram a chance de passar pelas boas e caras escolas privadas, e da mensagem explícita de que os que não são classificados nesse processo não possuem mérito para estudar naquelas universidades.¹⁸

A opinião da professora, por mais insólita que possa parecer, não difere da posição do “Conselho Nacional de Educação”, órgão estatal que, em um documento oficial, afirmou que grupos marginalizados necessitam da ajuda do Estado para poder “*romper o sistema meritocrático* que agrava desigualdades e gera injustiça, ao reger-se por critérios de exclusão, fundados em preconceitos e manutenção de privilégios para os sempre privilegiados.”¹⁹

Identidade racial versus identidade nacional

Uma leitura mais cuidadosa dos textos que alimentam este instigante debate, no entanto, desmentem as acusações de que a oposição à política de cotas raciais esteja ligada à defesa de privilégios, ou a negação do racismo no Brasil. Muito pelo contrário,

todos os que se posicionam contra estas políticas admitem tanto a existência de discriminação contra não-brancos como também a necessidade de democratizar a universidade pública.²⁰ Na sua esmagadora maioria, os envolvidos no debate concordam também que as autoridades, ao invés de recorrer ao polêmico sistema de cotas, deveriam “oferecer condições para o estudante carente – seja ele negro, branco, amarelo – tenha uma educação decente e condições de competir de igual para igual com os outros”.²¹

Acima de tudo, o que estes textos revelam, explícita ou implicitamente, é um sentimento de rejeição a idéia de “racialização” da sociedade, inerente à implantação das cotas raciais. O intuito de mudar a auto-percepção do povo brasileiro, a ponto de que este se veja classificado pelo conceito de raça choca-se com idéias arraigadas a respeito dos fundamentos que construíram a comunidade imaginada chamada Brasil. Desta forma, a sociedade vê estas políticas, que visam e até promovem o apartamento racial, como uma ameaça a identidade nacional brasileira. Os trechos das mensagens reproduzidas abaixo captam bem esta preocupação, e até mesmo certa perplexidade demonstrada pela opinião pública diante das inéditas políticas de cotas raciais:

Se 98% dos estudantes universitários são brancos (...) não é por causa de sua cor e sim porque tiveram acesso a um ensino de melhor qualidade. Afinal, no ato da inscrição ou mesmo na matrícula, não há diferenciação quanto à origem ou etnia; o critério básico é a nota. (...) [Dever-se-ia] investir na educação de base para que qualquer aluno tenha condições de ingressar na universidade por méritos próprios.²²

Apesar da inegável realidade do preconceito e da discriminação racial, nós somos uma sociedade miscigenada culturalmente. A desigualdade que existe no nosso país não está diretamente relacionada como o problema das diferenças étnicas, como os proponentes das cotas sugerem. A solução para a injustiça social no Brasil depende de uma luta sem trégua contra a pobreza e pelo um ensino básico de qualidade.²³

O ataque às políticas de cotas raciais é manifesto também por cidadãos potencialmente beneficiados por elas. Por exemplo, uma leitora que se apresentou como uma mulher negra, já formada por uma universidade federal, afirmou que: “o mais justo seria estabelecer reservas para alunos pobres. Conseqüentemente, negros e pardos estariam incluídos.” E acrescenta que cotas só para alunos pobres trariam a vantagem de “não estigmatizar a população negra, a qual já padece de todo tipo de estereótipos a respeito de uma suposta inferioridade intelectual.”²⁴ Outros leitores que se identificaram como pretos ou pardos reagiram com mensagens cujo conteúdo pode ser assim resumido: “Os estudantes negros não precisam de esmolas, nem de privilégios para ingressar em lugar algum. Quando preparados, podem competir de igual para igual com quaisquer outros estudantes.”²⁵ Outro tipo de argumento muito comum está refletido nesta indagação: “a criação de tal cota não é um atestado contra os negros, de que eles são menos inteligentes do que os brancos?”²⁶

Ao mesmo tempo, a pouca relevância tradicionalmente conferida à questão racial no Brasil levou muitos cidadãos a interpretar a adoção de cotas raciais como mais um artifício criado por políticos oportunistas, “mais preocupados com suas performances políticas e suas futuras aposentadorias vitalícias, [do que com] a educação pública (...) como uma preparação do cidadão para o futuro”.²⁷ Nesta mesma linha de raciocínio, políticos foram acusados de não se preocuparem realmente com a inclusão social de

negros, tarefa que “demandaria tempo, dinheiro e competência administrativa para investir em educação”.²⁸ Ou seja, as “cotas [seriam] fruto da incompetência política aliada à demagogia”,²⁹ por meio das quais os governantes pretendem transformar um problema *social*: o pouco caso dado à educação básica no Brasil, parecer um problema racial, e fingir resolvê-los por meio das cotas.

Certos depoimentos, porém, expressam claramente a rejeição do projeto de racialização da sociedade brasileira, e a defesa das idéias que sustentam o mito da democracia racial, embora tal expressão, de tão execrada nos meios intelectualizados, nunca seja usada pelos opositoristas. Para demonstrar esta tendência, reproduzo abaixo alguns trechos representativos encontrados nas seções de cartas dos leitores de alguns jornais:

Em primeiro lugar, recuso a qualificação de 'afro-brasileiros', ainda que aceite que tenhamos 'afro-descendentes'. Mas, os nossos 'afro-brasileiros' são tão africanos quanto (...) eu sou português e italiano pela ascendência, ou seja, quase nada, hoje em dia, ou absolutamente nada. Somos todos brasileiros, e apenas brasileiros, ao cabo de um imenso e bem sucedido experimento de miscigenação étnica e cultural, o verdadeiro *melting-pot* do mundo, muito mais do que nos EUA, que conservaram vários traços de apartheid racial ou étnico. Não existem afro-brasileiros no Brasil (...) existem apenas brasileiros, que são negros, mulatos ou das mais variadas colorações, e que foram trazidos ao Brasil – ou aos EUA – como escravos e que se converteram ao longo do tempo em brasileiros (...) independentemente de serem, e permanecerem, desfavorecidos nos planos social, profissional e até do reconhecimento cultural. O 'afro-brasileirismo' não é uma condição étnica, cultural ou mesmo histórica, mas sim uma ideologia, politicamente importada e artificialmente explorada, que pode contribuir, também no Brasil, para a criação do mesmo sistema de aparteidismo racial ou cultural que constato existir nos EUA. Não creio que seja bom para o Brasil, aliás para os próprios 'afro-descendentes' (...) aderirmos a uma ideologia que vai contra todos os princípios do nosso bem sucedido *melting-pot*, introduzindo em seu lugar a divisão, a diferenciação e o apartheid.³⁰

A cultura brasileira sempre pressupôs uma grande aversão ao racismo. Demonstrar racismo é motivo de vergonha para o brasileiro. Somos um povo miscigenado, como nenhum outro, e tivemos uma história muito particular – portanto, não poderia ser diferente. Podemos não ser cordiais, mas nunca acusado de intolerância racial; nós não fomos contaminados por esta estupidez. Mas, agora, o governo está convencido que somos

racistas.³¹

Certo ressentimento, que tende a caracterizar muitas vezes o nacionalismo do brasileiro também se faz presente neste debate, manifesto sob o discurso anti-americanista, também cultivado por grande parte da intelligentsia brasileira. Neste caso, o governo é criticado por adotar “idéias e conflitos importados dos Estados Unidos”.³² Um editorial de jornal, com o sugestivo título “Agenda Importada”, por exemplo, insiste que “a força da sociedade brasileira está na mistura das raças – fato observável em qualquer parte do país (...) Mas enfrentamos agora uma *perigosa* tentativa de importar um antagonismo racial que não é nosso.”³³

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os artigos e mensagens eletrônicas que informaram o debate sobre as cotas raciais me levaram a concluir que a oposição a esta política se remete a um sentimento, quase sempre implícito, de nacionalismo e de defesa da identidade nacional brasileira. Procurei demonstrar que esta minha leitura dos fatos é condizente com o que se passa no mundo, em especial em sociedades periféricas, que vêm percebendo seus valores nacionais ameaçados pelos efeitos homogeneizantes da globalização. Em resumo, interpreto essas mensagens e o próprio movimento anti-cotas como um ato em defesa e pela reafirmação da auto-imagem do Brasil como uma sociedade avessa a conflitos raciais, pelo menos em comparação com outras sociedades nacionais. A narrativa sobre a harmonia racial, por mais idealizada que seja, foi e ainda é de extrema importância na formação da identidade nacional brasileira, porque é percebida como uma qualidade única, original da nação brasileira. As idéias que envolvem o mito da democracia racial, desta forma, se enraizaram no imaginário da sociedade e, apesar de nunca efetivamente concretizado, continua sendo motivo de orgulho para muitos cidadãos brasileiros.

Neste presente trabalho, utilizei-me dessa mesma polêmica para questionar a legitimidade do movimento negro como representante das ambições e necessidades de brasileiros pretos e pardos. Neste debate público sobre as cotas, poucos foram os negros que se manifestaram, e, quando o fizeram, foi quase sempre para criticar as cotas raciais, como demonstrei acima. Por outro lado, quis demonstrar que o rico debate público suscitado por estas políticas revelou que a sociedade brasileira, quando motivada, participa politicamente, se utilizando das novas mídias e tecnologias de comunicação. E, de fato, esta oposição sistemática da sociedade tem obtido resultados concretos – o adiamento das votações dos projetos de cotas em universidades e do estatuto da igualdade racial.³⁴

É possível que, por fim, as cotas raciais venham mesmo a ser implantadas em todas as universidades. É plausível também que, em algumas décadas, com a popularização cada vez maior das idéias multiculturalistas, os brasileiros venham a rejeitar o mito da democracia racial, passando a se perceberem como detentores de identidades definidas em termos de raça.

Mesmo assim, é preciso refletir desde já, com isenção e sem paternalismo, sobre o fato de que líderes do movimento negro vêm conseguindo influenciar políticas públicas em nome de supostos representados, sem nunca terem sido eleitos ou aclamados por eles – e cabe lembrar que, historicamente, a questão racial nunca rendeu votos no Brasil. Dessa forma, a importância crescente dos novos movimentos de representação coletiva requer, por outro lado, a formulação de legislação que venha tornar estes grupos, assim como suas práticas políticas, compatíveis com os princípios básicos de representação democrática, e que inclua meios de prestação de contas ou mecanismos de controle e sanção da sociedade sobre seus representantes.

É importante ter em mente também, que o fortalecimento de um modelo de representação política fragmentada da sociedade, no contexto particular da crise de representação no Brasil, tende a reforçar uma cultura política calcada na busca de privilégios mediante a relação direta com o Executivo. Desta forma, a consolidação da democracia brasileira depende não somente de novos movimentos sociais, mais também

do fortalecimento dos mecanismos institucionais que assegurem a legitimidade desses movimentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANDERSON, BENEDICT 1983 *Imagined Communities*, London: Verso.

BERNARDINO, JOAZE 2002 'Ação Afirmativa e a Rediscussão do Mito da Democracia Racial no Brasil', *Estudos Afro-Asiáticos*, vol. 24, nº. 2, pp. 249-73.

BOURDIEU, PIERRE e WACQUANT, LOIC 1999 'On the Cunning of Imperialist Reason', *Theory, Culture & Society*, vol.16, no.1, pp. 41-58.

ESCOTEGUY, DIEGO e PIRES, LUCIANO 2001 'Negros Divergem sobre Cotas' *Jornal do Brasil*, 16 de Dezembro, p. 6.

GREENFELD, LIAH 1992 *Nationalism: Five Roads to Modernity*, Cambridge, MA: Harvard University Press.

HANCHARD, MICHAEL GEORGE 1994 *Orpheus and Power: The 'Movimento Negro' of Rio de Janeiro and Sao Paulo, Brazil, 1945-1988*, Princeton: Princeton University Press.

HONNETH, AXEL 1995 *The Struggle for Recognition: The Moral Grammar of Social Conflicts*, Cambridge, MA: The MIT Press.

HTUN, MALA 2004 'From Racial Democracy to Affirmative Action: Changing State Policy on Race in Brazil' *Latin American Research Review*, vol. 39, no. 1, pp. 60-89.

HUNTINGTON, SAMUEL P. 1991 *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century* University of Oklahoma Press.

NASCIMENTO, ABDIAS 1997 *Thoth: Escriba dos Deuses* (Brasília: Gabinete do Senador Abdias do Nascimento, 1997).

SMITH, ANTHONY D. 1991 *National Identity*, Reno: University of Nevada Press.

SOUZA, JESSÉ e SANT'ANNA, ALAYDE 1991 *Multiculturalismo e Racismo: uma Comparação Brasil-Estados Unidos*, Brasília, DF: Editora UnB.

TAYLOR, CHARLES 1994 *Multiculturalismo* Princeton: Princeton University Press.